DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 2273/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/21439/2015
PROTOCOLO	: 1653563
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI– MS
ORDENADOR DE DESPESAS	: SÉRGIO DIOZÉBIO BARBOSA
CARGO DO ORDENADOR	: PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO	: CONTRATO N. 881/2015
CONTRATADA	: N. R. MARTINS ENERGIA E EVENTOS EIRELI – ME
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	: PREGÃO PRESENCIAL N. 67/2015
OBJETO	: LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA DE PALCO METÁLICA, SOM, ILUMINAÇÃO E GERADOR.
VALOR INICIAL	: R$ 32.500,00
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. FORMALIZAÇÃO E TEOR CONTRATO ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO FINANCEIRA. LEGALIDADE E REGULARIDADE.

DO RELATÓRIO

Tratam os autos do Contrato Administrativo n. 881/2015, celebrado entre o Município de Amambai – MS, e a empresa supracitada, decorrente do resultado do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 67/2015, cujo objeto é a locação e instalação de estrutura de palco metálica, locação e instalação de som e iluminação, bem como a locação e instalação de gerador de energia, para atender as festividades em comemoração ao aniversário do município, no valor de R$ 32.500,00 (trinta e dois mil, e quinhentos reais).

Analisa-se, neste momento, o procedimento licitatório (1ª fase), a formalização e o teor do contrato (2ª fase), e os atos de execução financeira, nos termos do art. 120, I, II, III, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76, de 11 de dezembro de 2013.

Após a análise dos documentos apresentados pelo jurisdicionado, a 4ª Inspetoria de Controle Externo (4ª ICE), emitiu as análises ANA-4ICE-433/2016, pela qual certificou a legalidade e regularidade do procedimento licitatório, do teor e da formalização contratual, e da sua execução financeira. Posteriormente o Ministério Público de Contas (MPC), emitiu o parecer ministerial PAR-MPC-GAB. 5 DR.JOAOMJR– 6835/2016, opinando no mesmo sentido.

DA DECISÃO

Registre-se que fora juntada aos autos toda a documentação obrigatória acerca do procedimento licitatório (1ª fase), com fulcro no Anexo I, Capítulo III, Seção I, item 1.1.1., letra "B" da Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011 c/c o art. 120, I, do Regimento Interno desta Corte de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, e a documentação relativa à formalização contratual (2ª fase), conforme preconiza o art. 60 e seguintes da Lei das Licitações.

O instrumento contratual foi pactuado em observância às exigências do art. 55 e do art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/1993.

Os documentos concernentes à 3ª fase da contratação comprovam a total execução do objeto contratado, conforme demonstração no resumo da execução financeira:

- Valor contratado	R$ 32.500,00
- Valor total empenhado	R$ 32.500,00
- Comprovantes de despesas	R$ 32.500,00
- Comprovantes de pagamentos	R$ 32.500,00

Como se vê, os estágios da despesa se equivalem, quais sejam empenho, liquidação e pagamento, circunstância que revela a correta liquidação do objeto.

Nessas condições, e considerando que foram atendidas as exigências contidas nas Leis n. 8.666/93 e n. 4.320/64, bem como as normas regimentais estabelecidas por esta Corte de Contas, constata-se que o procedimento licitatório, a formalização contratual, e a execução financeira merecem a chancela deste Colendo Tribunal.

Diante do exposto, acolho o entendimento da equipe técnica da 4ª ICE e o parecer do MPC, e **DECIDO**:

1. pela **legalidade** e **regularidade** do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 67/2015 (1ª fase), celebrado entre o Município de Amambai – MS e a empresa N. R. Martins Energia e Eventos Eireli ME, constando como ordenador de despesas o Sr. Sérgio Diozébio Barbosa, ex-prefeito municipal, conforme o disposto no art. 59, I, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160, de 2 de janeiro de 2012, c/c o art.120, I, "a", do RITC/MS, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013;

2. pela **legalidade** e **regularidade** da formalização e teor do Contrato Administrativo n. 881/2015, conforme o disposto no art. 59, I, da LCE n. 160, de 2 de janeiro de 2012, c/c o art.120, II, do RITC/MS;

3. pela **legalidade** e **regularidade** dos atos de execução financeira do Contrato Administrativo n. 881/2015, nos termos do art. 59, I, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 120, III, do RITC/MS;

4. pela **intimação** do resultado deste julgamento às autoridades administrativas competentes, observado o disposto no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande, 24 de março de 2017.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

lmrb